



RESENHA
Book Review

BIGNOTTO, Newton.

As aventuras da virtude: as idéias republicanas na França do século XVIII.

São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

O presente trabalho é uma resenha do livro *As aventuras da virtude: as idéias republicanas na França do século XVIII*, de Newton Bignotto (2010). O ponto central de reflexão é a forma como Bignotto analisa a construção, por diversos pensadores de língua francesa do século XVIII, do léxico republicano, e como este mesmo léxico foi trazido ao mundo da ação por aqueles que puseram a Revolução Francesa em andamento. O aspecto que recebe atenção especial, nessa obra, é o tema da virtude. A virtude, como perspectiva filosófica, é uma constante em todos os pensadores estudados, embora sua natureza varie de autor para autor. O que mais chama a atenção, contudo, não é essa variação, quando passamos de um autor para outro, e, sim, como, nos vários pensadores, a virtude é abordada em conexão com a própria sociabilidade. O professor Newton Bignotto interpretou a busca por virtudes de sociedades antigas, pelos filósofos em análise, como uma forma de luta contra os modos e costumes da sociedade de corte, cujo auge situa-se no século XVIII, estabelecendo um diálogo entre a filosofia e a sociologia da cultura.

No século XVIII, a corte constituía o grande centro de poder onde ocorriam as lutas por influência política e prestígio social entre nobres e burgueses, e sempre sob o olhar atento do monarca soberano. O sociólogo Norbert Elias, em sua extensa obra, *O processo civilizador*, analisa o longo processo de formação de um novo tipo de configuração social na Europa, sobretudo na França, conhecida como cortesã, em que graus de racionalização e de psicologização da vida raras vezes foram tão elevados. Em um mundo onde a antiga aristocracia não podia simplesmente eliminar fisicamente seus inimigos, por encontrar-se com eles em uma complexa rede de interdependência, novas formas de distinção foram geradas. Elias (1939) situa, nesse processo, uma sociogênese de práticas sociais bastante conhecidas hoje em dia, como a fofoca e a dissimulação, artimanhas que foram utilizadas pela *noblesse* para manter os então burgueses ascendentes fora dos principais círculos de influência. A análise de Bignotto tem como foco central a compreensão dos elementos de reação a essa sociedade de corte – a sociedade de máscaras –, destacando-se uma busca de valores oriundos de nichos sociais pré-modernos por parte dos pensadores franceses do século XVIII. A obra de Elias, por seu lado, desenvolve uma compreensão da própria dinâmica social oriunda da sociedade de corte, em uma vertente eminentemente sociológica, e, neste sentido, a leitura de *O processo civilizador* pode complementar consideravelmente a análise desse fenômeno conforme realizada por Bignotto.

Bignotto mostra como, no tempo da sociedade de corte, a busca por virtudes oriundas da Grécia e da Roma antigas derivava do desejo de buscar um novo padrão de sociabilidade, diferente do cortesão, de maneira que pudesse haver uma correspondência entre costumes que fossem menos excludentes e instituições mais justas e igualitárias. O autor demonstra, também, que, desde os enciclopedistas, passando por autores de grande relevância como Montesquieu, Voltaire, Rousseau e os pensadores setecentistas, a formação do léxico republicano francês foi embasada em um quadro valorativo encarnado nos costumes quotidianos e nos sentimentos. Montesquieu defendia um “espírito da nação”, um amor à pátria que se traduzisse em ações virtuosas no universo da política, na relação dos cidadãos com o corpo político, a virtude tendo sempre o mundo antigo como referência. Não obstante, Montesquieu percebeu as dificuldades de um regime moderno conduzido sobre a base sentimental virtuosa típica da antiguidade. Por isso, ele se direciona ao modelo inglês de governo – um modelo moderno de civilização baseado no comércio. Sua obra não pode ser resumida a uma reforma dos costumes, visto o grande esforço que faz na interpretação de problemas basicamente institucionais. Entretanto, não se pode negar a sua contribuição para a consideração do sentimento e da virtude compartilhados na constituição de um regime.

Voltaire, por sua vez, conferia grande valor à honra, enxergando-a como antitética aos valores da “sociedade de máscaras” cortesã, uma sociedade por si só sem honra. Para Bignotto, boa parte da ideologia republicana de Voltaire era mais um construto de crítica sociológica aos valores cortesãos do que uma defesa de um desenho institucional republicano. Voltaire buscou valores não apenas na antiguidade, mas, também, nas comunidades agrícolas dos *quakers*, as quais via como horizontalizadas e imunes ao tipo de corrupção que avassalava a Igreja Católica na França.

Quanto à virtude no regime despótico, não se trata de dizer que o déspota deve ser virtuoso, mas sim que “é preciso ser notavelmente virtuoso para poder dizer a verdade”. A “filosofia republicana” de Voltaire é, assim, uma arma de combate contra a monarquia absoluta e o despotismo; uma ferramenta de crítica que permite ao autor atacar frontalmente a sociedade de corte e sua hipocrisia. Para o leitor que poderia ficar perplexo diante das afirmações anteriores, Voltaire conclui: “O homem virtuoso está bem mais à vontade em uma república, pois nela não precisa bajular ninguém” (Bignotto, 2010, p. 82).

Voltaire, assim como vários outros importantes pensadores de seu tempo, incluindo Montesquieu, era cético em relação à criação de repúblicas em vastos territórios. As Repúblicas virtuosas seriam comunidades fechadas, diferentemente de moldes sociais mais multifacetados.

Entretanto, segundo Bignotto, o autor que mais contribuiu para o desenvol-

vimento do tema da virtude anticortesã foi Rousseau. Jean-Jacques Rousseau escreveu acerca dos temas mais variados, passando do tema da amizade ao do legislador de uma república. Como tantos outros, Rousseau buscou referência nas virtudes antigas para criticar as aristocracias e a “sociedade de máscaras” de seu tempo. Mas, no caso de Rousseau, foi feito um elogio especial à cidade de Esparta, contraposta a Atenas, esta última vista como símbolo de decadência. Atenas teria decaído, em boa medida, por seu gosto pelas artes, pelo luxo, pelo bom gosto e pela sofisticação que teria erodido a ideia de igualdade, gerando sérias consequências na esfera política. Esparta, com suas virtudes simples e rudes, não teria se permitido passar pelo mesmo processo de decadência moral. Não se quer dizer que Rousseau defendia a ideia de que os homens de seu tempo deveriam ser exatamente como eram os espartanos, mas que o exemplo dessa cidade deveria ser uma referência para possíveis dilemas do presente e do futuro. Rousseau chama a atenção para as sociedades nas quais o gosto desmesurado pelas artes foi vinculado à corrupção, como Roma, Atenas, Egito, China, sendo Atenas o paradigma da decadência. As ciências e as artes, para Rousseau, estariam ligadas necessariamente aos piores vícios do homem. Pode-se notar que as artes, o refinamento e o bom gosto, no meio social em que Rousseau viveu boa parte de sua vida, eram um mecanismo de distinção das aristocracias tradicionais. Dessa forma, Rousseau faz a mesma busca pela virtude, comum em seu tempo, porém não a tratando como algo estritamente político, como fez Montesquieu.

Segundo Rousseau, a virtude constituiria nos meios para a plenitude da existência humana, em todas as suas esferas. Neste sentido, a virtude se estenderia a esferas íntimas da vida social, nas quais a amizade e a sinceridade seriam parte importante da constituição do cidadão virtuoso, ao tempo em que constituiriam um ataque aos costumes da corte. Rousseau, ao reintroduzir os valores da antiguidade e fazer alusão a Genebra (sua cidade natal), retoma dois temas clássicos, o da virtude cívica e o da liberdade como bem último da cidade. Ao elogiar as virtudes cívicas de sociedades guerreiras como Esparta, ele faz elogio da sinceridade enquanto um valor presente nas relações sociais, e a virtude como algo não restrito ao plano da política, mas da experiência humana como um todo. Para o pensador, segundo Bignotto, este tema era da mais profunda relevância, uma vez que se vivia em um século caracterizado pela dissimulação e pelas máscaras sociais.

Por isso, a busca da virtude é tudo, menos o desejo de se conformar às regras do bom comportamento social. O ideal de Rousseau é o homem sem máscaras. Esse ideal se exprime pelo constante apelo à sinceridade. O imperativo moral por excelência é, pois, o da transparência dos atos e dos pensamentos.(Bignotto, 2010, p. 123).

A amizade sincera, para Rousseau, seria um poderoso instrumento de coesão,

que impediria a corrupção da sociedade e do corpo político. Seu gosto pela sinceridade, pela amizade e pela simplicidade foi acompanhado pelo elogio das sociedades agrárias. Ao contrário de Montesquieu, o genebrino não via na civilização comercial um elemento civilizatório, voltando seus olhos para economias e sociedades mais simples. A sua cidade ideal, por exemplo, seria a combinação das leis de Genebra, que ele considerava exemplares, com os usos e costumes da aldeia de Clarens, nos confins de sua Suíça natal, também vistos como exemplares. As estruturas jurídicas se interpenetrando com costumes oriundos de comunidades rurais, a sociedade e a política construídas nos moldes da comunidade, uma harmonia perfeita entre os valores do mundo privado e do mundo público. O cidadão “rousseauiano” não é um simples estrategista quando age na esfera política. Sua ação é, em larga medida, norteada pelo peso simbólico que conecta seus sentimentos ao corpo político e ao estado. O cidadão, em Rousseau, desprovido de paixões, jamais será um bom cidadão. A dimensão afetiva é tão importante em Rousseau que, na sua visão, a vontade geral é, antes, um corpo político e social harmônico, com um tipo específico de virtude transversal às vontades individuais, que a simples soma das vontades individuais, como em Locke. Segundo Bignotto,

Rousseau pretendia conferir “uma tonalidade afetiva ao laço social”. O estado é o lugar de realização dos ideais de cidadania que, em sua plenitude, devem repetir a transparência manifesta no ideal de solidão defendido em outras obras. É por meio da correspondência entre esses dois ideais que compreendemos o papel que o amor à pátria tem em seu pensamento. Se a relação com o corpo político for incapaz de ultrapassar o movimento inicial provocado pela necessidade de sobrevivência, a permanência dos interesses particulares no interior do novo organismo acabará por destruí-lo ao torná-lo incapaz de conjurar as ameaças que presidiram seu nascimento. Os riscos representados pelos conflitos inerentes aos membros da sociedade civil explicam, para Rousseau, a necessidade da virtude para a manutenção das leis fundamentais (Bignotto, 2010, pp. 174 e 175).

Os temas da amizade, da sinceridade e dos sentimentos virtuosos foram levados a níveis perigosamente extremos por Robespierre, quando ele e seus jacobinos criaram o Comitê de Salvação Nacional. O objetivo de tal empreitada era eliminar fisicamente os elementos “viciosos” da sociedade francesa, para depois conferir a esta algum tipo de institucionalidade. Para Robespierre, se à pátria francesa fossem atribuídas instituições republicanas, sem que os costumes de corte fossem totalmente varridos da esfera social, a revolução estancaria. Era necessário construir um corpo social conduzido pelas virtudes da antiguidade, em especial dos espartanos, para que a República não se tornasse uma mera entidade abstrata, passível de novas ondas de corrupção. Desta forma, o período jacobino, conhecido como “terror”, fez valer seu

nome ao tentar eliminar todos aqueles cidadãos considerados portadores dos valores aristocráticos, cindindo a sociedade entre os puramente “viciosos” e os puramente “virtuosos”. Os jacobinos, durante seu regime, fecharam todos os espaços onde os costumes cortesãos pudessem se reproduzir, incluindo salões, cafés e teatros.

A análise de Bignotto, ao articular, nas obras dos pensadores franceses, a centralidade da virtude com sua utilização como arma de combate a um mundo social/valorativo visto como negativo (no qual os próprios pensadores estavam inseridos) faz uma ponte entre a filosofia e a sociologia. Ao associar o pensamento republicano a uma forma de combater tipos de sociabilidade estritamente cortesãos, Bignotto dá tinturas sociológicas às obras desses filósofos franceses, e ainda que não se detenha na análise sociológica aprofundada da própria sociedade de corte nas linhas de Elias, estabelece uma via de diálogo e auto-complementação entre a filosofia e a sociologia da cultura.

SUBMETIDO EM

Janeiro de 2012

APROVADO EM

Maio de 2012

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães

Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da UFMG. Concluído em 2010. Doutorando em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da UFMG.

Felipe Riccio Schiefler

Mestrando em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da UFMG.

Endereço: Rua Pascoal Riccio, 101. Bairro Mangabeiras. Belo Horizonte, Minas Gerais.